



Associação dos Docentes
da UNIR - Seção Sindical



PELO FIM DO AUTORITARISMO DIGITAL TRANSPARÊNCIA JÁ, CONTRA A SABOTAGEM DA DEMOCRACIA NA UNIR

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR — Seção Sindical do ANDES-SN) vem a público, com veemência e indignação, denunciar o que já não se pode mais tratar como meros “indícios” ou “falhas técnicas”: trata-se de um sistemático e deliberado processo de desmonte da democracia universitária por meio da utilização fraudulenta, opaca e autoritária do Sistema de Eleição (SiE) da UNIR.

O que está em curso não é fruto do acaso, nem de incompetência isolada. Há um padrão que se repete desde 2017, passando pelas eleições de 2024 e que agora, em 2026, volta a vitimar a comunidade acadêmica com as mesmas práticas de cerceamento, manipulação e violação de direitos fundamentais. A insistência em manter um sistema sabidamente fraudulento, frágil e inseguro revela, na verdade, a intenção de controlar os processos eleitorais, neutralizar a soberania da comunidade universitária e perpetuar grupos no poder à revelia da vontade coletiva.

A FARSA DA NEUTRALIDADE TECNOLÓGICA E A QUEBRA SISTEMÁTICA DO SIGILO DO VOTO

O SiE nunca foi um sistema confiável. Desde 2017, as evidências apontam para um conjunto de irregularidades que ferem a própria essência do processo eleitoral: votos contabilizados a mais do que eleitores, fotos trocadas, eleitores impedidos de votar sob a falsa alegação de que já haviam votado, votos nulos lançados indevidamente sobre candidatos regularmente inscritos, ausência de listas nominais de votantes e, o mais grave, a quebra deliberada do sigilo do voto.

O episódio em que a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) entregou, via e-SIC, a relação nominal de eleitores com a indicação de seus respectivos votos, demonstra de forma cabal que o sistema foi concebido — ou adaptado — para permitir rastreabilidade e controle. Isso não é falha: é característica. Trata-se de uma arquitetura de vigilância que permite à gestão identificar e retaliar eleitores com base em suas escolhas. Em um Estado Democrático de Direito, isso configura crime.

A GESTÃO DA FRAUDE E O AUTORITARISMO QUE SE TRAVESTE DE “ESTABILIDADE INSTITUCIONAL”

Em 2024, diante de provas documentais robustas — incluindo a atuação promíscua do então vice-reitor no exercício da reitoria, que acumulava funções de gestor, cabo eleitoral e membro da comissão de apuração — o Conselho Superior Universitário (CONSUN) optou por manter o resultado fraudulento sob o argumento de “estabilidade institucional”.

Essa decisão é um marco na história da universidade pública brasileira: pela primeira vez, institucionaliza-se a tese de que a estabilidade de um grupo no poder vale mais do que a lisura do processo democrático. A “estabilidade” invocada foi, na prática, a perpetuação de um resultado obtido por meios ilícitos. Estabilidade sem democracia não é estabilidade: é ocupação autoritária do poder.

A REPETIÇÃO DOS FATOS EM 2026: AUTORITARISMO COMO MÉTODO

A eleição para os conselhos superiores, suspensa em 26 de março de 2026, repete exaustivamente as mesmas inconsistências: candidatos que tiveram seus votos registrados como nulos ao serem digitados corretamente, eleitores que não conseguem votar, fotos trocadas, ausência de confirmação visual do voto. Não se trata de “problemas técnicos”. Trata-se da reprodução intencional de um modelo de gestão eleitoral que favorece a manipulação.

Enquanto isso, no Campus de Guajará-Mirim, um processo eleitoral em curso já registra denúncias de votos registrados por terceiros sem a anuência dos eleitores, além do afastamento preventivo de servidores acusados, supostamente, de violar o sistema e, ao que se tem conhecimento de relatos de professores daquele Campus, o caso vem sendo investigado pela Polícia Federal.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE POLÍTICO

O SiE não é um sistema de votação. É um sistema de controle de vontades. Sua manutenção, a despeito de todas as denúncias, recursos, provas e da existência de alternativas transparentes e auditáveis (como as adotadas recentemente nos campi de Ji-Paraná e no NUCSA, sem qualquer transtorno), demonstra que a questão nunca foi técnica: sempre foi política.

A Universidade Federal de Rondônia, por meio de sua gestão superior, insiste em utilizar um sistema que:

- viola o sigilo do voto;
- impede a identificação confiável do eleitorado;
- gera relatórios formalmente inválidos;
- opera sem transparência e sem controle social;
- já foi alvo de processos administrativos com afastamento de servidores;
- e continua sendo empregado mesmo após sucessivas comprovações de fraude.

Essa insistência configura sabotagem à democracia universitária. A universidade que se pretende pública não pode tolerar que instrumentos de participação sejam convertidos em mecanismos de controle. A ausência de transparência na apuração, a recusa em divulgar atas e relatórios, a inexistência de auditoria externa independente e a concentração do controle do sistema na DTI, sem supervisão efetiva das comissões eleitorais, revelam um estado de exceção eleitoral dentro da UNIR.

DEMOCRACIA NÃO SE SUSTENTA SEM TRANSPARÊNCIA

Defender a democracia na UNIR é denunciar que não há liberdade de escolha onde o voto pode ser rastreado. Não há participação legítima onde eleitores são impedidos de votar sob falsas alegações. Não há processo democrático onde as regras são violadas pelos próprios responsáveis por aplicá-las. Não há universidade pública onde a gestão superior atua como blindagem de fraudes.

A ADUNIR, ao longo de todos esses anos, tem cumprido seu papel: denunciou, recorreu, protocolou ações, acionou o MPF e a Polícia Federal. Mas a omissão das autoridades investigativas diante da gravidade dos fatos até agora tem sido um estímulo à continuidade das práticas autoritárias.

É HORA DE ROMPER O CICLO

Chegou o momento de a comunidade universitária assumir o protagonismo que lhe foi usurpado. A ADUNIR convoca docentes, técnicos e estudantes a:

- rejeitar qualquer processo eleitoral conduzido pelo SiE;
- exigir a imediata instituição de comissões eleitorais independentes, com participação paritária e poder efetivo de auditoria;
- cobrar a instauração de inquérito policial e procedimento administrativo amplo para apurar todas as fraudes e violações de sigilo desde 2017;
- defender a adoção de sistemas de votação abertos, auditáveis e amplamente testados no âmbito das universidades públicas brasileiras;
- romper com a lógica autoritária que normaliza a fraude em nome da “governabilidade”.

A universidade não pode ser gerida como feudo. A tecnologia não pode servir à vigilância. O sigilo do voto não pode ser negociado. E a democracia não pode ser suspensa em nome de “estabilidade”.

Por uma universidade verdadeiramente pública, democrática e transparente, a ADUNIR seguirá denunciando, resistindo e levando ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal todas as evidências desse sistemático processo de sabotagem democrática.

Que se investiguem os responsáveis. Que se anulem os processos viciados. Que se enterre o SiE. Que a vontade da comunidade acadêmica seja soberana — e não refém de um sistema eleitoral que a vigia, a controla e a viola.

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia — ADUNIR
Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional

Porto Velho, 29 de março de 2026.